



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 424, DE 2011

(Do Sr. Antonio Bulhões)

Acrescenta parágrafo ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir nos currículos da educação básica a educação alimentar e nutricional.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-6849/2010.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º :

“Art. 26.

.....

§ 6º. A grade curricular incluirá noções de educação alimentar e nutricional, que tratarão das propriedades dos diversos alimentos, da higiene alimentar e dos princípios da alimentação saudável.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A alimentação é uma das necessidades mais básicas, requisito essencial para a manutenção da vida. No entanto, essa mesma alimentação pode ser causa de doenças e até portadora da morte: infecções intestinais são facilmente contraídas pela ingestão de alimentos contaminados; produtos mal conservados podem conter diversos tipos de toxinas nocivas; mesmo a escolha de vegetais imaturos ou de partes diferentes das comumente usadas pode causar envenenamento.

Assim é que todo planejamento sobre a saúde deve incluir a alimentação. Até porque outros problemas alimentares vêm-se somando aos tradicionalmente conhecidos. A rápida urbanização do Brasil e a concentração da produção agropecuária em relativamente poucos produtos operaram profundas mudanças nos hábitos alimentares dos brasileiros. Observa-se hoje, desde tenra idade, o consumo crescente de alimentos processados e industrializados, costumeiramente repletos de calorias e pobres em conteúdo nutricional. Paralelamente, sem nenhuma surpresa, em poucas décadas vimos aumentar sobremaneira a prevalência de obesidade, diabetes, hipertensão arterial, aterosclerose e outras condições ligadas a maus hábitos de alimentação.

Desde a antiguidade é conhecida a relação entre alimentação e saúde. Hipócrates, o pai da medicina ocidental, escreveu: “que teu alimento seja

teu remédio e teu remédio seja teu alimento”. Conhecer os alimentos disponíveis, suas propriedades e a maneira correta de prepará-los e consumi-los é o primeiro passo para viver com saúde. Seria, assim, positivo e amplamente desejável que todas as pessoas tivessem um mínimo desse conhecimento, que podemos chamar de educação alimentar e nutricional.

Infelizmente, é um ensino que os atuais currículos escolares não contemplam, e que a nosso ver poderiam e deveriam. Além dos claros benefícios a curto, médio e longo prazos sobre a saúde da população, seria um estímulo aos alunos a estudar, visto ser um conteúdo de ordem prática e autoaplicável.

O presente projeto de lei visa, pois, a incluir a educação alimentar e nutricional nos ensinos fundamental e médio. Tenho conhecimento de outros projetos com o mesmo fim em tramitação nesta Casa legislativa, mas a proposta que aqui apresentamos é diferente: a nova lei limitar-se-á a introduzir o tema na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ficando, portanto, a cargo dos muitos especialistas que trabalham na educação pública e têm a necessária experiência a determinação do conteúdo específico, da carga horária e dos demais detalhes.

Convicto dos méritos da proposição, peço aos meus nobres pares os votos e apoio necessários a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 2011.

Deputado ANTONIO BULHÕES
PRB/SP

<p align="center">LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>
--

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO V
DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

.....

CAPÍTULO II
DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I
Das Disposições Gerais

.....

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. [*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.287, de 13/7/2010\)*](#)

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

I - que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

II - maior de trinta anos de idade;

III - que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

IV - amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;

V - (VETADO)

VI - que tenha prole. [*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 10.793, de 1/12/2003, em vigor no ano letivo seguinte\)*](#)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.769, de 18/8/2008\)*](#)

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. [*\(Artigo acrescido pela Lei nº 10.639, de 9/1/2003 e com nova redação dada pela Lei nº 11.645, de 10/3/2008\)*](#)

.....

.....

FIM DO DOCUMENTO
